

Meandros da força política evangélica no Brasil

Entanglements of the Evangelical political power in Brazil

André Ricardo de Souza¹
Universidade Federal de São Carlos
anrisouza@uol.com.br

Resumo

Desde a escolha da Assembleia Constituinte em 1986, os evangélicos, sobretudo pentecostais, vêm tendo presença significativa nas eleições e na vida política nacional. Além de parlamentos, já ocuparam relevantes cargos executivos, tais como ministérios, governos estaduais e prefeituras de grandes cidades. Essas conquistas decorrem de iniciativas individuais e arranjos estratégicos de algumas igrejas para otimizar a capacidade de eleger e manter seus representantes. Tal envolvimento vem se dando, muitas vezes, mediante controvérsias e escândalos. É notória a influência exercida pelos evangélicos nas últimas campanhas eleitorais, assim como a pressão de seus representantes parlamentares e líderes sobre o governo federal. Este artigo discute a trajetória e os aspectos da força política evangélica no Brasil.

Palavras-chave: religião e política; igrejas evangélicas; pentecostais e eleições; Assembleia de Deus; Igreja Universal do Reino de Deus

Abstract

Since the election of the Constitutional National Assembly in 1986, Evangelicals, mainly Pentecostals, have significantly taken part in the elections and the national politics. Beyond parliaments, they have already got important executive offices like ministries, state governments and big city halls. Those conquests come from individual initiatives and also from some churches strategies in order to elect and maintain their own representatives. This involvement has frequently been taking place between controversies and scandals. The Evangelical influence on the last electoral campaigns was notable as well as the pressure of their parliamentary representatives over the Federal Government. This article deals with the trajectory and traits of the Evangelical political power in Brazil.

Keywords: Religion and politics; Evangelical churches; Pentecostals and elections; Assembly of God; The Universal Church of the Kingdom of God

Expansão parlamentar

O Brasil prossegue sendo um país de grande maioria católica, mas seu cenário religioso vem mudando significativamente nas quatro últimas décadas com o rápido crescimento evangélico. Os censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que esse segmento passou de 2,6% em 1940 para 6,6% em 1980, chegando em 2010 a 22,2% da população nacional. A expansão evangélica se deu de modo praticamente proporcional ao encolhimento do catolicismo, que era 95,2% em 1940 e hoje é 64,6%. Tal crescimento demográfico se traduziu em maior força política, tema deste artigo.

Durante a maior parte do século XX, predominou uma dupla postura evangélica: aprovação dos governos instalados e rejeição generalizada da política partidária. Conseqüentemente, a participação desse segmento religioso no Congresso Nacional foi relativamente pequena até a primeira metade dos anos de 1980, contando quase que exclusivamente com parlamentares adeptos de igrejas protestantes de missão².

Os evangélicos pentecostais despertaram efetivamente para a política partidária no Brasil em 1985, quando o país saía do regime militar, voltando a ter um presidente civil e também vivia a expectativa da escolha de uma Assembleia Constituinte. Preocupados com um possível aumento constitucional de privilégios à Igreja Católica, os pentecostais passaram a reivindicar liberdade religiosa, vendo inclusive nas eleições do ano seguinte uma oportunidade para aumentar benefícios para suas denominações, sobretudo na forma de concessões de emissoras de rádio (Pierucci, 1989; Freston, 1993).

Enquanto no pleito anterior haviam sido eleitos doze deputados federais evangélicos, sendo apenas dois pentecostais, em 1986 foram eleitos trinta e dois parlamentares desse segmento, sendo dezoito deles pentecostais. No grande aumento da representação pentecostal, o predomínio foi da igreja Assembleia de Deus com treze deputados³. Essa denominação impulsionou o processo de superação da aversão política dos pentecostais brasileiros, organizando-se institucionalmente para eleger seus próprios representantes constituintes. Adotou nacionalmente a estratégia de candidato oficial, tanto a deputado federal quanto a senador e deputado estadual, prática que viria a se disseminar por outras igrejas evangélicas. Mas naquela importante legislatura grande parte dos parlamentares evangélicos foi alvo de denúncias de corrupção, envolvendo entre outras coisas, acusação de propina para votação favorável ao aumento do mandato para cinco anos do então presidente da República José Sarney. Como resultado, nas eleições seguintes, a chamada bancada evangélica diminuiu de trinta e dois para vinte e três deputados.

A representação evangélica na Câmara Federal voltaria a crescer nos pleitos posteriores, chegando a trinta deputados em 1994 e quatro anos depois a quarenta e nove. Com parlamentares filiados principalmente ao PSC (Partido Social Cristão), a Assembleia de Deus prosseguiu até 1998 como a igreja com maior representação parlamentar. Naquele ano, ela elegeu doze deputados federais, dois a menos que a Igreja Universal do Reino de Deus - IURD⁴ (Freston, 2001; Fonseca, 2002:126). Essa denominação havia ingressado na política partidária em 1986 com a eleição de um deputado federal. Conseguiu eleger três parlamentares quatro anos depois e veio a dobrar esse número no pleito seguinte. Tais conquistas ocorreram proporcionalmente nos lugares onde a igreja possuía a maior quantidade de templos e adeptos (Mariano, 1999:56; Campos, 2006:61).

Enfrentando mais denominações concorrentes em 2002, a IURD elegeu dezesseis parlamentares, fazendo com que a quantidade total de evangélicos chegasse a cinquenta e nove. O sucesso eleitoral iurdiano decorre de um modo peculiar da prática partidária. Em seu modelo próprio de candidatura oficial, o número de pleiteantes a cargos legislativos depende do conhecido potencial eleitoral que a igreja dispõe. Diferente das outras denominações, a igreja de Edir Macedo institucionaliza suas candidaturas de modo rígido. Ou seja, ela desautoriza a propaganda eleitoral de pessoas que se dizem seus integrantes, mas não tenham sido definidos por ela como seus candidatos oficiais.

Há nessa igreja uma espécie de “carisma institucional” que legitima as determinações políticas da cúpula dirigente, sobretudo a escolha de seus representantes. O reconhecimento social e a votação decorrente se dão muito mais pelo apoio da instituição religiosa do que pelas qualidades pessoais dos candidatos. Os parlamentares que perdem seu aval ficam praticamente neutros nos processos eleitorais (Oro, 2003 e 2006).

O idealista e condutor da estratégia política iurdiana foi Carlos Rodrigues, um de seus fundadores. Na condição de bispo da sua igreja, ele havia se tornado deputado federal pelo PL (Partido Liberal) do estado do Rio de Janeiro em 1998, mesmo ano em que a IURD assumiu a dianteira entre os parlamentares evangélicos. No pleito seguinte, foi protagonista da inusitada aliança do PL com o PT (Partido dos Trabalhadores) para levar Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Rodrigues articulou o bloco de igrejas pentecostais a favor do petista e também foi reeleito como o deputado evangélico mais votado nacionalmente. Mas em 2005, essa liderança iurdiana se tornou um dos mais envolvidos no escândalo de compra de votos de parlamentares que ficou conhecido como “mensalão”. E no ano seguinte, a participação na chamada “máfia das sanguessugas”⁵ o levou a ser expulso, tanto da IURD quanto do PL. Aliás, o forte envolvimento de deputados federais evangélicos nas denúncias⁶ fez com que o número total deles caísse de cinquenta e nove para quarenta e seis nas eleições seguintes (Mariano *et al*, 2006; Baptista, 2009).

Os deputados evangélicos têm sido bastante atuantes em questões referentes à reprodução humana e à moral sexual, contrapondo-se firmemente às reivindicações homoafetivas. Também se destacam na apresentação de emendas parlamentares de cunho assistencial, sendo parte delas de questionável idoneidade. Estão organizados na Frente Parlamentar Evangélica (FPE), marcada pela heterogeneidade partidária e denominacional, mas que garante coesão ao menos em questões de moralidade cristã tradicional e alguns interesses institucionais de igrejas.

O deputado do PSC Marcos Feliciano, que é também pastor da Assembleia de Deus, ganhou destaque nos noticiários brasileiros. A despeito de vídeos elucidando posições racistas e homofóbicas do parlamentar em pregações religiosas, o mesmo foi indicado por seu partido e eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Sua posse e permanência no cargo gerou uma grande indignação por parte de militantes dessa área, intelectuais, artistas e também organizações internacionais. Em face dos protestos e do explícito posicionamento contrário das mídias, Feliciano se diz vítima de “perseguição religiosa”.

Mas quando representantes de denominações pentecostais, sobretudo da IURD, se envolvem fortemente em acusações judiciais, costuma recair sobre eles a pecha demoníaca, o que acaba levando-os ao descarte por parte de sua instituição religiosa. Eis um modo de a igreja se preservar e também buscar reabilitação política. Em 2010, o número de deputados federais evangélicos eleitos voltou a se elevar, chegando a setenta e três (14% do total).

| Eleições | Deputados federais evangélicos eleitos |
|-----------------|---|
| 1982 | 12 |
| 1986 | 32 |
| 1990 | 23 |
| 1994 | 30 |
| 1998 | 49 |
| 2002 | 59 |
| 2006 | 48 |
| 2010 | 73 |

No Senado Federal, os pentecostais conquistaram duas cadeiras em 1998, sendo uma de Íris Rezende, membro da igreja Comunidade Cristã Evangélica e filiado ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), a maior agremiação política do país. A outra era a adepta da Assembleia de Deus e então militante do PT: Marina Silva. O número de senadores evangélicos, incluindo suplentes que assumiram o cargo, já foi seis, mas atualmente é três. Dentre eles se destaca Marcelo Crivella, da IURD, atualmente licenciado e tratado mais adiante neste artigo.

Embora não proporcionalmente a seu tamanho demográfico, os evangélicos têm presença significativa também nos demais parlamentos brasileiros. Um levantamento feito em 2012 junto à Frente Parlamentar Evangélica, bem como aos portais de internet das assembleias legislativas estaduais, da Câmara do Distrito Federal e das câmaras municipais de todas as capitais brasileiras, mostrou que havia ao todo nessas casas 238 parlamentares reconhecidamente evangélicos (10% do total).

1.-Disputa e exercício de cargos executivos

No âmbito do Poder Executivo, os evangélicos também vêm exercendo significativa influência, chegando até a ocupar cargos relevantes. O primeiro a se destacar foi o já mencionado Íris Rezende, que saiu do movimento estudantil para se eleger vereador, deputado estadual e prefeito da capital goiana em 1965, vindo a ser cassado quatro anos depois. Ao vencer a disputa no estado de Goiás dezessete anos depois, Rezende se tornou o primeiro governador assumidamente evangélico. Em 1986, assumiu o Ministério da Agricultura no governo de José Sarney, sendo bastante reconhecido por safras recordes de grãos no país. Rezende chegou a ser lançado pré-candidato à Presidência da República por lideranças pentecostais na primeira eleição após a ditadura militar⁷. Sem ter sua candidatura efetivada, conseguiu ao menos voltar a se eleger governador de Goiás em 1990. Ao deixar o governo estadual goiano, Íris Rezende elegeu-se senador. Foi também ministro da Justiça do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Após perder a disputa ao Senado, veio a conquistar novamente a prefeitura da capital de seu estado em 2004. No pleito municipal seguinte, foi reeleito, vindo a renunciar para disputar o governo do estado, mas desta vez sem êxito (Freston, 1994:85-87; Fonseca, 2002:126; Campos, 2006:66).

Outros governadores evangélicos, com identidade religiosa propalada, também foram eleitos, especificamente no Rio de Janeiro: o casal Anthony Garotinho e Rosinha Matheus. Após se tornar deputado estadual pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista), Garotinho conquistou a prefeitura da cidade de Campos de Goytacazes. Ao terminar seu mandato, foi nomeado secretário estadual da Agricultura no governo do falecido Leonel Brizola⁸. Em 1995, Anthony Garotinho converteu-se à Igreja Presbiteriana e no ano seguinte tornou-se novamente prefeito de Campos com três quartos dos votos. Foi indicado pela segunda vez candidato ao governo estadual em 1998 e desta vez venceu, tendo como vice a também evangélica Benedita da Silva⁹. Enquanto mandatário estadual, Garotinho apresentou um programa de rádio em uma emissora do empresário evangélico Francisco Silva que foi seu secretário de Habitação. (Fonseca, 2002:177-184). Garotinho chegou a disputar a Presidência da República pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro) em 2002. Nesse pleito, conseguiu ao menos que sua esposa Rosinha Matheus se tornasse governadora do Rio. Ela foi eleita já no primeiro turno, pela mesma legenda, derrotando Benedita da Silva, então governadora em exercício.

Rosinha manteve as principais ações da gestão anterior, levando adiante a proposta evangélica de ensino do criacionismo nas escolas estaduais. Dado o aumento da gravidade da violência no Rio em 2003, nomeou seu marido secretário de Segurança Pública e no ano seguinte titular da Secretaria de Governo. Por sua vez, Garotinho se transferiu do PSB para o PMDB, buscando se tornar novamente candidato à Presidência da República, mas acabou malogrando nesse propósito. Por outro lado, o presbiteriano conseguiu ser o segundo deputado federal mais votado do país em 2010, mesmo estando em uma pequena legenda: o PR (Partido da República). Atualmente, é pré-candidato mais uma vez a governador do Rio de Janeiro. Após deixar o governo estadual, sua esposa Rosinha se tornou prefeita de Campos pela mesma agremiação, sendo reeleita em primeiro turno. Embora sem o poder de outrora, o controvertido casal evangélico segue atuante na política nacional.

2.-A influência em eleições presidenciais

Os evangélicos tiveram participação significativa na primeira eleição direta presidencial em 1989, após a reabertura democrática. Uma articulação entre pastores, lideranças e parlamentares desse segmento religioso chamou atenção naquela disputa eleitoral. Os pentecostais abominavam Lula, vendo-o como defensor de interesses católicos, dada a vinculação do PT com as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e pastorais sociais. O candidato petista era visto também como “o representante do comunismo ateu”, que deveria ser insistentemente combatido. Em consequência desse processo, os adeptos desse segmento religioso votaram maciçamente em Fernando Collor para impedir a vitória do candidato petista no segundo turno, o que de fato acabou ocorrendo (Pierucci & Mariano, 1992).

Na eleição seguinte, os evangélicos prosseguiram o posicionamento contrário a Lula, apoiando enfaticamente o candidato do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), Fernando Henrique Cardoso (Pierucci e Prandi, 1996). Embora Cardoso houvesse perdido em 1984 a disputa à Prefeitura de São Paulo, em parte, por ter se mostrado ateu, esse fato foi efetivamente deixado de lado na disputa presidencial contra o “mal maior petista”. Os parlamentares evangélicos também votaram a favor da mudança constitucional viabilizando a candidatura à reeleição do presidente Cardoso, vindo a apoiá-lo em 1998 na segunda campanha exitosa.

Em 2002, os evangélicos tinham diante de si um quadro eleitoral mais complexo. O desgaste da gestão de Fernando Henrique Cardoso fez com que parte desse segmento religioso não aderisse ao candidato da situação, o ex-ministro do Planejamento e também da Saúde daquele governo: José Serra, que era apoiado pela Assembleia de Deus. Por outro lado, pela primeira vez, havia um candidato evangélico competitivo na disputa: Anthony Garotinho. A transmissão do programa de rádio do então governador do Rio para outras unidades federativas, bem como a pregação em igrejas de diversos estados, haviam sido estratégias adotadas para o aumento de sua popularidade e viabilização da candidatura presidencial (Fonseca, 2002:207-214). Garotinho conseguiu que 51,3% dos evangélicos votassem nele, sendo em contrapartida rejeitado pelos católicos que lhe deram apenas 6% de seus votos (Bohn, 2004:323). O presbiteriano acabou na terceira colocação, vindo a dar importante apoio no segundo turno para o vencedor Lula, que finalmente havia entrado na disputa presidencial com um respaldo parcial do eleitorado pentecostal: o da IURD¹⁰.

Naquela que era quarta disputa seguida de Lula, houve a já mencionada aliança entre o PT e o PL, legenda esta marcada pela influência da IURD. Os principais articuladores foram o então deputado federal e presidente petista José Dirceu e o também deputado e bispo iurdiano Carlos Rodrigues. O representante da IURD exercia desde a fundação da sua igreja a função de coordenador político dela, definindo candidatos e estratégias eleitorais. Após colaborar na implantação dessa denominação em outros países, sua função política ficou ainda mais destacada em 1996, quando passou a ocupar na capital federal de Brasília um “escritório de assessoria parlamentar evangélica”. Rodrigues veio a se tornar deputado dois anos depois com a expressiva votação de 190 mil votos (Fonseca, 2002:139-141). Ele não apenas articulou o bloco pentecostal pró-Lula em 2002, quanto foi reeleito como o deputado evangélico nacionalmente mais votado¹¹. O candidato petista se tornou presidente, tendo como vice do PL o falecido empresário mineiro José Alencar. Esta pequena legenda tinha como um trunfo a identificação com a IURD.

No primeiro ano de mandato de Lula, houve outra mostra da força política evangélica no país: a participação no processo de regulamentação do novo Código Civil. Na versão anterior, as organizações religiosas tinham privilégio de tratamento jurídico, mas conforme a proposta de mudança na lei, elas passariam a receber o mesmo controle exercido pelo Estado sobre as organizações laicas sem fins lucrativos. Mais uma vez denunciando suposta perseguição religiosa, constitucionalmente proibida, os evangélicos se mobilizaram, desta vez, de modo articulado com representantes católicos, conseguindo aprovar mudanças na redação de dois artigos da Lei 10.406 que instituiu o novo Código Civil. A sanção presidencial a tal modificação foi ressaltada por Lula como um “importante ato em favor da liberdade religiosa” (Mariano, 2006).

A partir daquela inserção inicial no eleitorado pentecostal, Lula procurou estreitar relações, participando de eventos evangélicos, formando comitês, pedindo votos e orações e também prometendo parcerias (Mariano *et al*, 2006:66). Com tal capital político, ele conseguiu evitar a candidatura de Garotinho e partiu para a reeleição. Competiu com o governador do estado de São Paulo Geraldo Alckmin, do PSDB e de reconhecida identidade católica, inclusive laços com o controvertido movimento Opus Dei. Alckmin também contava com o apoio da Convenção Nacional das Assembleias de Deus (CONAMAD), a mais antiga e maior vertente dessa que é a principal denominação evangélica no país.

Embora evitando recorrer a sua identidade evangélica, a senadora Marina Silva se tornou uma liderança política relevante. Depois de exercer por cinco anos o cargo de ministra do Meio Ambiente do governo Lula, de voltar ao Senado e de se transferir do

PT ao PV (Partido Verde), Marina se tornou candidata à Presidência da República em 2010. Ironicamente, a missionária assembleiana acabou fazendo a campanha mais laica entre os principais concorrentes. A presença da religião naquela disputa eleitoral foi realmente, como veremos a seguir.

Novamente candidato a presidente pelo PSDB em 2010, José Serra contava outra vez com o apoio incisivo da CONAMAD. Tinha também a adesão das denominações neopentecostais: Igreja Mundial do Poder de Deus e Bola de Neve. Na frente evangélica pró-Serra, destacava-se a figura do pastor Silas Malafaia, dirigente da Associação Vitória em Cristo, uma derivação assembleiana. Serra capitalizou a indignação evangélica contra a terceira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos (III PNDH), que havia sido lançado pelo governo federal um ano antes. Parlamentares evangélicos e católicos se mobilizaram principalmente contra a proposta de descriminalização do aborto contida nele¹². Os pentecostais também se posicionaram firmemente contra o Projeto de Lei da Câmara 122 de 2006, apresentado por uma deputada petista, que tornava crime a homofobia no país. As questões da legalização do aborto e da criminalização homofóbica acabaram se tornando significativas armas eleitorais do candidato opositor Serra.

Do outro lado, já no segundo turno daquela disputa, estava a então ex-chefe da Casa Civil do governo Lula, Dilma Rouseff, Ela que havia se declarado agnóstica em entrevista a um periódico de circulação nacional três anos antes, empenhava-se participando de eventos missas para se mostrar religiosa católica. Lideranças e parlamentares evangélicos cobraram de Dilma o compromisso de resguardar a liberdade religiosa e vetar, caso fosse eleita, qualquer projeto “contra a vida e os valores da família”. Ou seja, exigiam o veto de projetos favoráveis ao aborto, à união civil e adoção de crianças por homossexuais, à regulamentação da atividade de profissionais do sexo e coisas afins. A campanha petista se voltou intensamente ao eleitorado evangélico, ressaltando que o III PNDH já estava sendo revisto pelo governo, que a candidata era “a favor da vida” e por isso não teria nenhuma iniciativa de mudança na legislação sobre o aborto, assim como sobre temas relativos à família e à liberdade religiosa (Oro e Mariano, 2010:24-29).

A campanha de José Serra, por sua vez, prosseguiu com a tônica religiosa conservadora, fazendo uso de mídias religiosas (católicas e protestantes), de redes sociais e mesmo de cultos em igrejas para “defender a vida” e a moral sexual cristã. Contou com panfletagens sobre esse tema, feitas junto a templos evangélicos e católicos. A esposa do candidato, Mônica Serra, que chegou a apontar Dilma como favorável à “matança de crianças”, foi surpreendida com uma matéria publicada no importante jornal *Folha de S. Paulo* em 16 de outubro daquele ano. A matéria mostrava o relato de uma ex-aluna de Mônica na Universidade Estadual de Campinas, afirmando que ela contara ter feito um aborto, algo confirmado por outra ex-aluna.

Por tais fatos, José Serra arregimentou antipatia da classe média e de setores intelectualizados e liberais da sociedade, vindo a perder a sua segunda eleição presidencial. A ênfase moralista da campanha opositora visando angariar os votos de pentecostais e dos católicos mais conservadores não produziu o resultado esperado.

3.-O protagonista na cena atual

Bispo e sobrinho do líder da IURD, Edir Macedo, Marcelo Crivella ganhou projeção ao fazer sucesso no meio evangélico como cantor gospel e empregar os recursos da venda de CDs na compra de uma fazenda com feições assistenciais no

sertão do Estado da Bahia. Tal fazenda foi batizada como Projeto Nordeste. Mais que notoriedade, essa obra social conferiu a ele certa aura de homem público, “promotor de inclusão social”, algo que o lançaria na política partidária. Sem ressaltar a identidade religiosa, tampouco o alto posto eclesial - como de costume entre candidatos pentecostais - Crivella foi eleito ao Senado em 2002 com 3,2 milhões de votos pelo Partido Liberal do Rio de Janeiro, vencendo o ex-governador Leonel Brizola. Acusado havia três anos de movimentação financeira ilegal em paraísos fiscais, o senador teve seu processo levado à suprema corte que veio a arquivá-lo. Em 2004, acabou sendo o segundo colocado na disputa à Prefeitura do Rio de Janeiro, que teve o então mandatário municipal Cesar Maia reeleito no primeiro turno.

O já mencionado escândalo do mensalão provocou uma reviravolta no arranjo político brasileiro. A legenda PL, com a qual a IURD até então mais tinha se envolvido, foi profundamente abalada, de modo que Macedo e Crivella tiveram que procurar uma alternativa. Ironicamente, eles se articularam com católicos carismáticos formando em agosto de 2005 a agremiação Partido Municipalista Renovador (PMR). Três meses depois, a nova legenda já havia acolhido o vice-presidente da República, José Alencar, e mudado de nome para Partido Republicano Brasileiro (PRB). Esta nova legenda foi criada explicitamente para atender aos interesses da IURD. Empresas construtoras de templos irudianos foram apontadas como as maiores doadoras para o PRB.

Nutrido por esse arranjo partidário, por uma imagem construída de homem público preocupado com problemas sociais e também pelos resultados eleitorais anteriores, Marcelo Crivella se candidatou ao governo do Rio de Janeiro em 2006. Contou com o importante apoio do presidente Lula. Mesmo tendo menos de um minuto de propaganda gratuita televisiva, o senador iurdiano acabou chegando na terceira colocação. Seu desempenho o animou para uma nova candidatura à Prefeitura do Rio dois anos depois. Crivella teve respaldo concreto do governo Lula por intermédio de dos ministérios: o da Defesa e o das Cidades. Ambos os ministérios eram condutores de um projeto chamado Cimento Social, que foi deliberadamente usado pelo candidato Crivella como peça de campanha eleitoral, mas acabou tendo um desfecho trágico¹³. O bispo da IURD liderou as pesquisas de intenção de voto até um mês antes do primeiro turno, vindo a ser ultrapassado e chegando em terceiro lugar.

Em 2010, Marcelo Crivella foi reeleito senador, superando o ex-prefeito César Maia e acabou dando relevante contribuição para que Dilma Rouseff enfrentasse a polêmica do aborto junto aos evangélicos e vencesse a corrida presidencial. Embora aliado também do novo governo petista instalado no ano seguinte, Crivella não deixou de tirar proveito da condição pentecostal na postura de cobranças à presidente Dilma, algo que viria beneficiá-lo diretamente.

Os parlamentares evangélicos conseguiram impedir no primeiro ano do novo governo a distribuição do material didático anti-homofobia, rotulado de “kit gay”, que havia sido encomendado pelo Ministério da Educação, então chefiado por Fernando Haddad. A presidente Dilma Rouseff ordenou a suspensão daquela medida didática. Desde o início do governo, os representantes políticos dos pentecostais também mostraram enfaticamente a insatisfação com a nomeação da socióloga Eleonora Menicucci para a Secretaria de Políticas para as Mulheres. A militante feminista, amiga de Dilma desde os tempos de guerrilha contra a ditadura militar, é reconhecida defensora da descriminalização do aborto, tendo inclusive abortado duas vezes.

Irritados com o governo Dilma, os parlamentares evangélicos exigiram e obtiveram em fevereiro de 2012 uma retratação pública do titular da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. Ex-seminarista católico e interlocutor do governo junto a igrejas e movimentos sociais, Carvalho havia conclamado no mês

anterior os militantes presentes no Fórum Social Mundial a fazer uma “disputa ideológica pela nova classe média”, que estaria sob a hegemonia evangélica. Em resposta à indignação parlamentar pentecostal com Carvalho, Dilma Rousseff nomeou Marcelo Crivella como ministro da Pesca. Com tal medida, a presidente buscou acalmar os aliados religiosos, inclusive em relação à eleição na cidade de São Paulo, pois Fernando Haddad já era o candidato petista. Crivella assumiu seu novo cargo ressaltando que era totalmente leigo naquela área e que sua nomeação não significaria trégua ao governo federal em relação a qualquer iniciativa favorável ao aborto e à união civil entre homossexuais. A presidente teve que amargar a imposição evangélica e o “fogo amigo do fiel aliado”.

4.-Surto paulistano

Antes mesmo de ser confirmado como candidato petista à Prefeitura de São Paulo, Fernando Haddad já se deparava com a animosidade pentecostal devido ao “kit gay”. Teria que enfrentar também um candidato representante dos interesses da IURD: Celso Russomanno. Ex-apresentador de programa televisivo da Rede Record, pertencente a Edir Macedo e braço comunicativo da IURD, Russomanno era o candidato do PRB, tendo como principal auxiliar o bispo iurdiano licenciado Marcos Pereira, presidente nacional da legenda e ex-vice-presidente da Record. Outros dirigentes desse partido e pastores da IURD integravam sua equipe de campanha. Russomanno também era apoiado pelas igrejas: Renascer em Cristo e Assembleia de Deus, da periferia sul de São Paulo.

De outro lado da disputa, mais uma vez, estava José Serra, que também procuraria tirar proveito da fragilidade petista no meio pentecostal diante da questão da homofobia. Serra permanecia com o apoio da assembleiana CONAMAD e contava inclusive com Valdemiro Santiago e sua crescente Igreja Mundial do Poder de Deus. No páreo, estava também um candidato identificado fortemente com o catolicismo carismático: Gabriel Chalita, do PMDB. Lula e o candidato petista escolhido por ele tinham diante de si como maiores obstáculos: o tradicional adversário do PSDB e o inusitado concorrente de base iurdiana. Enfrentando os dois partidos maiores, os governos: federal e estadual, e a forte posição contrária da Arquidiocese de São Paulo¹⁴, Russomanno liderou a maior parte da corrida eleitoral, chegando a ter 42% das intenções de voto um mês antes da votação do primeiro turno. Mas na reta final, teve uma queda vertiginosa, chegando atrás dos rivais: Serra e Haddad.

No segundo turno, Celso Russomanno e a IURD se fizeram neutros. Como membro do mesmo partido de Michel Temer, vice-presidente da República, Gabriel Chalita deu apoio a Fernando Haddad. Mas a Assembleia de Deus - Ministério Madureira no bairro do Brás, que estivera com o candidato católico no primeiro turno, passou a apoiar José Serra devido ao famigerado “kit gay”. O ataque a essa medida anti-homofóbica, atribuída ao ex-ministro da Educação e candidato petista, seria feito de modo estridente por Silas Malafaia, que mais uma vez, era uma espécie de porta voz de Serra junto ao eleitorado pentecostal¹⁵. A tônica ofensiva da campanha de Serra contra o adversário petista se baseou nessa questão religiosa e no julgamento do processo do mensalão pela suprema corte. Mas o efeito foi contrário a ele, sendo outra vez derrotado.

Considerações finais

Os evangélicos vêm tendo uma considerável participação na vida político-partidária do Brasil desde a sua redemocratização. Se a eleição constituinte de 1934 levou um primeiro pastor protestante a se tornar deputado federal, a de 1986 fez com que os pentecostais se mobilizassem efetivamente para eleger seus representantes, impulsionando o crescimento evangélico no Congresso Nacional e nos parlamentos estaduais e municipais brasileiros. Surgia no cenário político a figura do representante oficial de igreja. No Senado Federal, os pioneiros pentecostais foram Marina Silva e Íris Rezende, tornando-se também ministros de Estado, tendo sido ele o primeiro governador adepto desse segmento religioso¹⁶. Mas o pioneiro mandatário de governo estadual a vincular explicitamente seu perfil à identidade evangélica foi Anthony Garotinho, que usaria isso também como estratégia para ser candidato à Presidência da República.

A maior denominação evangélica no Brasil, Assembleia de Deus, foi também a precursora da inserção pentecostal na política, tendo parlamentares em partidos diferentes, mas principalmente no PSC. Em segundo lugar está a Igreja Universal do Reino de Deus, cujo braço político é o PRB. Ambas as denominações se destacam em termos de perda de deputados ocorrida devido a escândalos e também quanto às recuperações sucessivas. Embora os representantes iurdianos tenham disputado com força, mas sem êxito cinco eleições a cargos executivos no Rio de Janeiro e em São Paulo, seu bispo licenciado, senador e agora ministro da Pesca, Marcelo Crivella, personifica a força política da Frente Parlamentar Evangélica junto ao governo federal.

O “kit gay” foi para o pleito paulistano de 2012 o que o aborto havia sido para as eleições presidenciais dois anos antes. Nas duas ocasiões, o candidato José Serra procurou tirar proveito do moralismo evangélico nas questões de reprodução humana e moral sexual. Assim como existe uma barreira em eleições majoritárias para o candidato muito identificado com um segmento religioso, mesmo o hegemônico catolicismo, há também um limite de eficácia eleitoral no uso de bandeiras pintadas fortemente com cores religiosas. Embora os candidatos a cargos executivos recorram a bispos, pastores, missas, cultos e manifestações afins, tal aval parece se mostrar necessário, mas não suficiente para ganhar eleições.

Parlamentares evangélicos existem há muito tempo no cenário brasileiro, tendo surgido os representantes oficiais ou “despachantes” de igrejas somente com a ascensão política pentecostal (Campos, 2005). Em nome da liberdade religiosa, interesses de denominações são estrategicamente defendidos durante campanhas eleitorais, legislaturas e mandatos executivos. No caso da IURD, a representação parlamentar se combina com o poder midiático através de sua rede televisiva de canal aberto, propiciando maior influência junto ao governo federal. Os evangélicos podem não ter força suficiente para decidirem eleições a favor de seus candidatos religiosos ou lançados por suas igrejas, mas por tempo indeterminado deverão prosseguir sendo adulados, cortejados e atendidos em algumas de suas exigências.

Bibliografia

- Baptista, Saulo. 2009. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Instituto Metodista Izabela Hendrix e Annablume.
- Bohn, Simone Rodrigues. 2004. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*. 10 (2): 288-338.

- Campos, Leonildo Silveira. 2005 “De políticos evangélicos a políticos de Cristo: la trayectoria de las acciones y mentalidad política de los evangélicos brasileños em El paso del signo XX al siglo XXI”. *Ciencias Sociales y Religión*. 7:157-186.
- _____. 2006 “De políticos evangélicos a políticos de Cristo: uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil.”. Pp.29-89 en *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. editado Joanildo Burity y Pedro Ari Oro. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Ed. Massangana.
- Fonseca, Alexandre Brasil Carvalho da. 2002. *Secularização, pluralismo religioso e democracia no Brasil: um estudo sobre a participação dos principais atores evangélicos na política (1998-2001)*. Tese de doutorado em sociologia. São Paulo: USP.
- Freston, Paul. 1992. Evangélicos na política brasileira. *Religião & Sociedade* 16 (1-2): 26-44.
- _____. 1993. *Protestantes e políticas no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese de doutorado em ciências sociais. Campinas: Unicamp.
- _____. 1994. *Os evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontro.
- _____. 2001. *Evangelicals and politics in Ásia, África e Latin América*. Cambridge: Press University Cambridghe.
- Machado, Maria das Dores Campos. 2006. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: FGV.
- Mariano, Ricardo. 1999. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola.
- _____. 2006. A reação dos evangélicos ao novo Código Civil. *Civitas* 6 (2): 77-99.
- Oro, Ari Pedro. 2003. Organização eclesial e eficácia política: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus. *Civitas* 3 (1): 97-110.
- _____. 2006. A Igreja Universal e a política. In: BURITY, Joanildo & MACHADO, Maria das Dores Campos (Org.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Massangana.
- Oro, Ari Pedro y Ricardo Mariano. “Eleições 2010: religião e política no Rio Grande do Sul e no Brasil”. *Debates do NER*. 16: 9-34.
- Pierucci, Antônio Flávio. 1989 “Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte”. *Ciências Sociais Hoje, 1989*. Vértice / Revista dos Tribunais, Anpocs: 104-132.
- Pierucci, Antônio Flávio y Ricardo Mariano. 1992. “O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor”. *Novos Estudos CEBRAP* 34: 92-106.
- Pierucci, Antônio Flávio y Reginaldo Prandi. 1996 “Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994”. Pp.211-238 en *A realidade social das religiões no Brasil*, compilado por Antônio Flávio Pierucci y Reginaldo Prandi. São Paulo: Hucitec.
- Sylvestre, Josué. 1986. *Irmão vota em irmão: os evangélicos, a Constituinte e a Bíblia*. Brasília: Pergaminho.

¹ Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos.

² Até o início daquela década, haviam sido eleitos apenas cinco deputados federais pentecostais contra noventa e quatro protestantes históricos. O primeiro parlamentar representante orgânico de uma igreja evangélica foi o pastor metodista Guaracy Silveira, eleito deputado constituinte em 1934 (Freston, 1994:30; Freston, 1992:28).

³ Instalada no Brasil em 1910, a Assembleia é a maior denominação evangélica no país.

⁴ Fundada em 1977 e conduzida por Edir Macedo, a IURD teve um crescimento muito rápido, sendo atualmente a quarta maior evangélica no Brasil.

⁵ Esquema de compra superfaturada de ambulâncias em troca de emendas parlamentares com grande repercussão nacional.

⁶ Dos setenta e dois congressistas acusados, vinte e três eram evangélicos. Entre eles, dez eram ligados à Assembleia de Deus e quatorze à IURD.

⁷ O primeiro presidente protestante do Brasil, embora com vida religiosa muito discreta, foi o luterano general Ernesto Geisel, que governou entre 1974 e 1979.

⁸ Embora reconhecesse a formação metodista recebida na infância, Brizola não se dizia evangélico.

⁹ Filiada ao PT, adepta inicialmente da Assembleia de Deus e depois da Igreja Presbiteriana, Benedita foi vereadora do Rio de Janeiro, depois deputada federal e senadora. Foi também ministra de Assistência Social do governo do presidente Lula e secretária estadual de Ação Social no Rio. Atualmente, exerce novamente o cargo de deputada federal.

¹⁰ Vale dizer que duas das maiores igrejas pentecostais ainda prosseguem sem se envolver na política partidária: a Congregação Cristã do Brasil e a Deus é Amor.

¹¹ Em 2012, viria ser condenado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) a seis anos de prisão pela participação no chamado processo do mensalão, que sentenciou também aquele que havia sido seu parceiro político, o ex-deputado e ex-chefe da Casa Civil do governo de Lula: José Dirceu.

¹² A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) se posicionou veementemente contra o III PNDH, recomendando aos fiéis que votassem “em pessoas comprometidas com o respeito incondicional da vida” (Oro e Mariano, 2010:25).

¹³ Após serem entregues a narcotraficantes por membros do Exército, instituição responsável pela execução da obra, três rapazes foram assassinados, gerando indignação popular e impedimento legal da continuidade do projeto.

¹⁴ O arcebispo Odilo Scherer emitiu nota de repúdio ao PRB e seu candidato “manifestadamente ligado à Igreja Universal”. Tal documento foi lido nas missas dominicais paulistanas.

¹⁵ O fato de José Serra ter distribuído cartilhas contra homofobia em escolas de ensino médio - três anos antes, enquanto era governador do Estado de São Paulo - foi ignorado pelos evangélicos.

¹⁶ Sobre a existência anterior de governadores protestantes, sabe-se ao menos que Leonel Brizola, que governou os estados de Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, havia sido metodista em sua juventude.